



## AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

### INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

#### AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 156/2022

#### (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23411.010615/2022-21 )

Torna-se público que o Instituto Federal do Paraná – Campus Avançado Goioerê, por meio do setor administrativo, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 24/06/2022

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00h

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Aquisição de mobiliário para os laboratórios de física, química e biologia de modo a atender as necessidades do Campus Avançado Goioerê, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo:

item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
01	ARMÁRIO MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM, MEDINDO 6.06 M DE LARGURAX0.80 DE ALTURAX0.35 DE PROFUNDIDADE. COM 12 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E COM 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM 2 POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU	UNIDADE	01	R\$ 6.520,00	R\$ 6.520,00

	SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.				
02	<p>BALCÕES MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 1.30 LARGURA X 89 DE ALTURA C/ PÉS CROMADOS X 49 PROFUNDIDADE. COM 4 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.</p>	UNIDADE	03	R\$ 1.634,77	R\$ 4.904,33
03	<p>BALCÃO MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 5.75 LARGURA X 0.60 DE ALTURA C/ PÉS CROMADOS X 0.90 PROFUNDIDADE. COM 12 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES.</p>	UNIDADE	01	R\$ 7.201,66	R\$ 7.201,66

	PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.				
04	BALCÕES MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS:1.88 DE LARGURA X 89 ALTURA C/ PÉS CROMADOS X 39 PROFUNDIDADE. COM 4 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS. AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O	UNIDADE	06	R\$ 2.131,00	R\$ 12.786,00

	PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.				
05	<p>BALCÕES MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS:1.30 LARGURA X 89 DE ALTURA C/ PÉS CROMADOS X 49 PROFUNDIDADE. COM 4 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES.</p> <p>PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.</p>	UNIDADE	03	R\$ 1.595,33	R\$ 4.785,99
06	<p>BALCÃO MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS:1,93 LARGURA X 85 DE ALTURA C/ PÉS CROMADOS 50 DE PROFUNDIDADE. COM 4 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES.</p> <p>PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS</p>	UNIDADE	01	R\$ 2.342,33	R\$ 2.342,33



	PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.				
07	BALCÃO MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 3,10 DE LARGURA X 85 DE ALTURA C/ PÉS CROMADOS E 50 DE PROFUNDIDADE. COM 4 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 4 GAVETÕES COM 50CM DE LARGURA E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS E GAVETAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS, PARA AS GAVETAS UTILIZAR TRILHO/CORREDIÇA TELESCÓPICO COM PESO MÍNIMO SUPOSTADO DE 35KG E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.	UNIDADE	01	R\$ 3.823,66	R\$ 3.823,66

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço

eletrônico.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Esta função pode não estar disponível.

3.10.2. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.2.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.4. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### 4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **50 (cinquenta) reais**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.6.1. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.1.1. A presente licitação será formalizada por nota de empenho, conforme previsto no Art. 95 da Lei 14.133/21.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco), contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da homologação prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta, quando couber.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência

9.13.3 ANEXO III - Modelo de proposta de preços

### **Assinatura da autoridade competente**

Aviso de Dispensa Eletrônica – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021

Versão: Agosto/2021

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO ROSA, DIRETOR(a)**, em 21/06/2022, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1803214** e o código CRC **E252057D**.

## **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

### **1 Regularidade fiscal, social e trabalhista**

1.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

---

**Referência:** Processo nº 23411.010615/2022-21

SEI nº 1803214

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | GOIOERE/DIADJ/IFPR/GOIOERE-DIADJ/GOIOERE  
Rodovia Luiz Dechiche, s/n., ao lado da Polícia Rodoviária Estadual, próximo ao trevo da UEM  
Goioerê - PR | CEP CEP 87360-000 - Brasil

**TERMO DE REFERÊNCIA****DISPENSA DE LICITAÇÃO 156/2022****1. OBJETO**

Aquisição de mobiliário para os laboratórios de física, química e biologia de modo a atender as necessidades do Campus Avançado Goioerê, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	Valor Total Estimado
01	ARMÁRIO MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM, MEDINDO 6.06 M DE LARGURA X 0.80 DE ALTURA X 0.35 DE PROFUNDIDADE. COM 12 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E COM 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM 2 POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.	UNIDADE	01	R\$ 6.520,00
02	BALCÕES MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 1.30 LARGURA X 89 DE ALTURA C/ PÉS CROMADOS X 49 PROFUNDIDADE. COM 4 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.	UNIDADE	03	R\$ 4.904,33
03	BALCÃO MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 5.75 LARGURA X 0.60 DE ALTURA C/ PÉS CROMADOS X 0.90 PROFUNDIDADE. COM 12 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.	UNIDADE	01	R\$ 7.201,66
04	BALCÕES MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 1.88 DE LARGURA X 89 ALTURA C/ PÉS CROMADOS X 39 PROFUNDIDADE. COM 4 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.	UNIDADE	06	R\$ 12.786,00
05	BALCÕES MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 1.30 LARGURA X 89 DE ALTURA C/ PÉS CROMADOS X 49 PROFUNDIDADE. COM 4 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.	UNIDADE	03	R\$ 4.785,99
06	BALCÃO MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 1.93 LARGURA X 85 DE ALTURA C/ PÉS CROMADOS 50 DE PROFUNDIDADE. COM 4 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.	UNIDADE	01	R\$ 2.342,33
07	BALCÃO MDF BRANCO HIDROFUGO 15 MM SEM TAMPO COM AS SEGUINTE MEDIDAS: 3,10 DE LARGURA X 85 DE ALTURA C/ PÉS CROMADOS 50 DE PROFUNDIDADE. COM 4 PORTAS DIVIDIDAS EM IGUAL TAMANHO E 4 GAVETÕES COM 50CM DE LARGURA E 01 PRATELEIRA INTERNA AJUSTÁVEL EM DUAS POSIÇÕES. PUXADORES EM TODAS AS PORTAS E GAVETAS NO MODELO GOLF ANODIZADO OU SIMILAR. O MÓVEL DEVE VIR COM TODAS AS FERRAGENS DAS PORTAS, PARA AS GAVETAS UTILIZAR TRILHO/CORREDIÇA TElescópico COM PESO MÍNIMO SUPORTADO DE 35KG E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS A MONTAGEM. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE E MONTADO NO LOCAL INDICADO PELA GESTÃO DO CAMPUS.	UNIDADE	01	R\$ 3.823,66

O fornecedor vencedor da licitação, deverá verificar *in loco*, as medidas exatas para fabricação dos móveis sob medida (planejados), pois alguns dos móveis, como pode ser verificado nas fotos abaixo, serão instalados em espaços abaixo das bancadas.

**Itens 1 e 2 - Compreende o espaço do laboratório de biologia, conforme fotos abaixo:**





Itens 4, 5, 6 e 7 - Compreende o espaço do laboratório de química, conforme fotos abaixo:







Item 3 - Compreende o espaço no laboratório de física, na parede entre a pia e as janelas, conforme foto abaixo:





## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Para a relação contratual, aplica-se o disposto na Lei 14.133/2021

### 2.1 Justificativa da necessidade e resultados

2.1.1 O IFPR Campus Avançado Goioerê não dispõe de espaços específicos e organizados para a correta guarda dos equipamentos e insumos dos laboratórios.

2.1.2 A não aquisição destes mobiliários poderá causar transtornos para o IFPR Campus Avançado Goioerê, criando maior possibilidade de danos aos equipamentos e insumos que ficam expostos de forma rotineira sobre as bancadas e mesas.

2.1.3 A aquisição destes mobiliários visa também proporcionar um maior conforto e salubridade aos servidores e usuários dos laboratórios do Campus.

### 2.2 Motivação

Motiva-se a aquisição pelo fato do Campus não dispor de espaços específicos e organizados para a correta guarda dos equipamentos e insumos dos laboratórios.

### 2.3 Objetivos

2.3.1 Assegurar e manter as boas condições do ambiente de trabalho, conferindo tranquilidade, bem-estar e saúde aos usuários nas instalações do IFPR Campus Avançado Goioerê.

### 2.4 Benefícios

2.4.1 Espera-se que, com tal contratação, esta unidade possa desempenhar suas rotinas de ensino e administrativas com uma melhor organização e, ainda, realizar a guarda dos equipamentos e insumos que ficam de forma permanentes nos laboratórios de forma a trazer mais segurança e durabilidade, evitando que os itens fiquem expostos sobre as mesas de forma rotineira, visando ainda o bem estar dos alunos, servidores e comunidades em geral.

2.4.2 Garantir as condições de organização física do ambiente.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Manter o ambiente organizado, os equipamentos e insumos guardados e protegidos nos momentos que não serão utilizados, proporcionando conforto e salubridade aos servidores e usuários dos laboratórios do Campus.

3.2 Desempenhar as rotinas de ensino e administrativas com maior conforto e salubridade para o bem estar dos alunos, servidores e comunidades em geral.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Trata-se de aquisição de bens, a ser contratada mediante dispensa de licitação, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de entrega e instalação dos itens/bens/materiais/equipamentos é de 30 dias corridos, em remessa única, contados da data do envio eletrônico da Nota de Empenho (NE) devidamente assinada, acompanhada pela respectiva Autorização de Fornecimento (AF), onde constará também o endereço de entrega das mercadorias solicitadas ou em data acordada com a administração.

5.2 Os itens/bens/materiais/equipamentos deverão ser entregues em dias úteis e serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato/demanda, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



5.2.1 O recebimento provisório se caracteriza pela simples conferência física dos itens/bens/materiais/equipamentos pelo patrimônio, ou responsável pelo acompanhamento da demanda, do campus.

5.3 Os itens/bens/materiais/equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis para capital, e, 25 (vinte e cinco) dias úteis para as demais localidades, a contar da notificação da contratada, às suas custas e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4 Os itens/bens/materiais/equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de até 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6 Todos os itens/bens/materiais/equipamentos descritos neste termo deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento.

5.6.1 Os produtos deverão ser entregues e instalados no Campus Avançado Goioerê de segunda a sexta-feira das **08h às 12h e das 14h às 17h**, cujo endereço de entrega é: **Instituto Federal do Paraná/ Campus Avançado Goioerê, situado** na Rodovia Luiz Dechiche, s/nº, Goioerê - PR, 87360-000. Quaisquer dúvidas sobre os serviços poderão ser sanadas através dos seguintes contatos: e-mail: compras.goioere@ifpr.edu.br.

5.6.2 A retirada dos itens/bens/materiais/equipamentos dos veículos transportadores, bem como sua remoção até os locais onde deverão ser instalados, visando sua entrega definitiva serão por conta e responsabilidade exclusiva do FORNECEDOR.

5.7 O cumprimento do objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA compreende o fornecimento e a entrega do objeto licitado, nos local específico indicado pelo solicitante/demandante, de acordo com o endereço informado no momento do envio da Autorização de Fornecimento (AF) e da Nota de Empenho (NE) assinada.

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A Contratada deverá ter cuidados especiais com a manutenção do equilíbrio ambiental, seguindo as regras orientadas pela Lei 12.305/2010 em relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos.

6.2 Atender os critérios de Sustentabilidade ambiental, considerando os processos de utilização e descarte dos produtos e matérias primas, de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da contratante:

7.1.1 receber os itens/bens/materiais/equipamentos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens/bens/materiais/equipamentos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos itens/bens/materiais/equipamentos fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos;

7.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento dos itens/bens/materiais/equipamentos, no prazo e forma estabelecidos no ETP e Termos de Referência;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no ETP e termo de referencia, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2 Sempre que possível e necessário, os itens/bens/materiais/equipamentos devem estar acompanhados de manual do usuário, com uma versão em português e contendo a relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TERMO DE REFERÊNCIA, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada sempre que a legislação assim o exigir.

8.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos;

8.2.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.2.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.2.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

8.2.4 certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

8.2.5 certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

## 9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação neste objeto licitatório.

**11. DO PAGAMENTO**

- 11.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias após o recebimento definitivo dos serviços no respectivo Campus, de acordo com o prazo previsto neste instrumento, desde que aprovado e atestado pela fiscalização do IFPR Campus Avançado Goioerê.
- 11.2 O pagamento será efetuado ao fornecedor por meio de Ordem de Pagamento, para crédito na conta corrente, conforme os dados bancários informados pelo fornecedor.
- 11.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida com os dados constantes da Nota de Empenho.
- 11.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.
- 11.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.14 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável
- 11.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º a Lei nº 14.133 de 2021 a ser aplicada pela autoridade competente do IFPR, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações penais.
- 12.2 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**13. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 13.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto.
- 13.2 O valor a ser adquirido será obtido a partir de cotação de preços juntamente a fornecedores locais/regionais.
- 13.3 O critério de julgamento da proposta é o **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 13.4 O fornecedor habilitado e que oferecer o menor preço por item será selecionado para a aquisição por dispensa de licitação.

**14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

- 14.1 A estimativa total do custo do serviço a ser adquirido foi realizada mediante orçamentos obtidos através dos fornecedores.

**15. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- 15.1 Este termo de referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

**16. INDICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO, DE APOIO E FISCALIZAÇÃO DESTA AQUISIÇÃO**

Equipe de Planejamento e Apoio a Dispensa de Licitação:

NOME	SIAPE
Erich Barbosa de Souza	2195018
Suelen de Gaspi	2316727
Gabriel Augusto Cação Quinato	2278946

**17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

A inobservância das normas deste Termo de Referência e das especificações técnicas implicará a não aceitação total ou parcial dos produtos, devendo a empresa contratada proceder de acordo com este Termo.

Erich Barboza de Souza  
Diretor-Adjunto - Campus Avançado Goioerê

Marcos Paulo Rosa  
Diretor-Geral - Campus Avançado Goioerê

Carlos José Dalla Nora  
Diretor-Geral - Campus Umuarama



Documento assinado eletronicamente por **ERICH BARBOZA DE SOUZA, DIRETOR(a)**, em 21/06/2022, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO ROSA, DIRETOR(a)**, em 21/06/2022, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1803200** e o código CRC **82A8C9A0**.

Referência: Processo nº 23411.010615/2022-21

SEI nº 1803200

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | GOIOERE/DIADJ/IFPR/GOIOERE-DIADJ/GOIOERE  
Rodovia Luiz Dechiche, s/n., ao lado da Polícia Rodoviária Estadual, próximo ao trevo da UEM Goioerê - PR | CEP 87360-000 - Brasil